

**As produções acadêmicas sobre o Ensino Médio no campo das
políticas educacionais no período de 1998 a 2016: temas históricos,
singularidades e lacunas**

Valdirene Alves de Oliveira
Universidade Estadual de Goiás, Brasil.
diena2008@hotmail.com

João Ferreira de Oliveira
Universidade Federal de Goiás, Brasil.
joao.jferreira@gmail.com

Resumo: O propósito deste texto é examinar a produção acadêmica sobre o Ensino Médio no campo da política educacional, no período de 1998 a 2016. São apresentados alguns dos aspectos mais significativos das investigações do referido período. São expostas as fontes, os caminhos e a dimensão da pesquisa bibliográfica oriunda das seguintes fontes: a) produções acadêmicas em teses; b) periódicos bem classificados na área da educação; e c) estudos apresentados nos Grupos de Trabalho: Estado e Política Educacional e Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Busca-se, de modo geral, evidenciar as tensões e os desafios para as pesquisas sobre o Ensino Médio no contexto das políticas educacionais, tendo por base a dimensão e os embates históricos desta etapa da Educação Básica. Observou-se que há temáticas históricas que são recorrentes no debate sobre o Ensino Médio, mas há, também, certa singularidade em alguns debates, além de algumas lacunas importantes no tocante ao avanço do conhecimento na área.

Palavras-chave: Políticas de Ensino Médio. Produção acadêmica. Políticas Educacionais.

**Las producciones académicas sobre la Enseñanza Secundaria en el campo de las políticas
educacionales en el periodo de 1998 hasta 2016: temas históricos, singularidades y lagunas**

Resumen: El propósito de este texto es examinar la producción académica sobre la enseñanza secundaria en el campo de la política educacional en el período de 1998 hasta 2016. Son presentados algunos de los aspectos más significativos de las investigaciones del referido período. Son expuestas las fuentes, los caminos y la dimensión de la investigación bibliográfica oriunda de las siguientes fuentes: a) producciones académicas en tesis; b) periódicos bien clasificados en la área de la educación; y c) estudios presentados en los Grupos de Trabajo: Estado y Política Educacional y Trabajo y Educación de la Asociación Nacional de Posgrado e Investigación en Educación (Anped). Se Busca, de modo general, evidenciar las tensiones y los desafíos para las investigaciones sobre la enseñanza secundaria en el contexto de las políticas educacionales, teniendo como base la dimensión y los embates históricos de esa etapa de la Educación Básica. Se observó que hay temáticas históricas que son recurrentes en el debate sobre la enseñanza secundaria, mas también hay cierta singularidad en algunos debates, además de algunas lagunas importantes en lo que se refiere al avance del conocimiento en la área.

Palabras clave: Políticas de la enseñanza secundaria. Producción académica. Políticas Educativas.

The academic productions about high school in the field of educational policies in the period from 1998 to 2016: historical themes, singularities and gaps

Abstract: The purpose of this text is to examine the academic production about high school in the field of educational policies in the period from 1998 to 2016. Some of the most meaningful aspects of the investigation in the referred period are presented. The sources, the ways and the dimension of the bibliographic research are expounded, coming from the following sources: a) academic production in theses; b) well qualified journals in the field of education; and c) studies presented in the Working Groups: State and Educational Policy and Work and Education from the National Association of Graduate Studies and Research in Education (Anped). It is intended, in general, to show the tensions and challenges for researches about high school in the context of educational policies, based on the dimensions and historic conflicts in the stage of Basic Education. It was observed that some historic themes are recurring in the debate about high school, but there are also certain singularities in some debates, as well as some important gaps regarding the advancements in knowledge in the field.

Keywords: High school policies. Academic production. Educational policies.

As fontes, os caminhos e a dimensão da pesquisa bibliográfica

As produções acadêmicas que tiveram o Ensino Médio como objeto de ensino e, em especial, a análise sobre as políticas educacionais para essa etapa da Educação Básica foram mapeadas em três modalidades, no período de 2003 a 2016: a) nos trabalhos desenvolvidos na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de doutorado; b) nos periódicos *Qualis* A1 e A2 que possuíam versão on-line; e c) nos trabalhos apresentados nos Grupos de Trabalho da Anped: Estado e Política Educacional e Trabalho e Educação.

O mapeamento das produções acadêmicas nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* focalizou as teses de doutorado e perpassou duas frentes de trabalho. A primeira selecionou as teses defendidas no período de 1998 a 2008¹, em consulta ao documento: *Estado da Arte da Produção Acadêmica sobre Ensino Médio no Brasil - Período de 1998 a 2008*, pois nesse levantamento, os trabalhos já estavam filtrados por eixo e nível de produção e possuíam os resumos das produções. Para contemplar o período de 2009 a 2014², a consulta das teses foi realizada no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os filtros utilizados nessa seleção foram semelhantes aos empregados nos dados do Estado da Arte. Porém, a consulta no Banco da Capes permitiu a utilização de filtros mais específicos, como título, resumo, palavras-chave, área e tipo de produção (mestrado e doutorado). Foram utilizados os descritores: Ensino Médio, política educacional ou políticas educacionais, e foram selecionados para leitura apenas os trabalhos que possuíam o descritor Ensino Médio em associação com, pelo menos, um dos outros dois.

¹ Este trabalho foi solicitado pelo Ministério da Educação (MEC) e realizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob a coordenação geral da Prof^a. Maria Margarida Machado. Tal pesquisa contemplou as produções publicadas no período de 1998 a 2008 e os dados estão sistematizados e disponíveis na íntegra no site: <<http://www.emdialogo.uff.br/materia/estado-da-arte-sobre-ensino-m%C3%A9dio-no-brasil-pesquisa-financiada-pela-sebmec-coordenado-ufg>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

² Não foi possível incluir, neste levantamento, os trabalhos defendidos nos anos de 2013 e 2014, pois essas produções ainda não estavam disponibilizadas no site da Capes, quando o mapeamento foi realizado.

A produção acadêmica nas teses

O Estado da Arte da produção Acadêmica sobre o Ensino Médio no Brasil de 1998 a 2008 apresenta 1992 resumos, que estão organizados por eixos e tipo de produção. Deste total foram catalogadas 196 teses que mencionam o termo *Ensino Médio*, seja no título, resumo ou nas palavras-chave, mas apenas em dois trabalhos foi encontrado o descritor *políticas educacionais* concomitante com o termo *Ensino Médio*. Na pesquisa no Banco de Teses da Capes, referente ao período de 2011 a 2012, foram identificadas duas teses com os descritores *política educacional* e *Ensino Médio*, e outras cinco com os descritores *Ensino Médio* e *políticas educacionais*. Deste modo, foram contabilizadas nove teses para leitura na íntegra. Os nove estudos mapeados estão concentrados em quatro unidades federadas (São Paulo, Goiás, Ceará e Paraná), cinco produções são oriundas de instituições do Estado de São Paulo e quatro distribuídas nas outras três unidades federadas.

Uma primeira análise sobre o quantitativo de pesquisas permite inferir que houve um crescimento considerável de investigações sobre as *políticas educacionais*, pois este termo figura em 106 teses defendidas nos anos de 2011 e 2012. Se comparado com o período de 1991 a 1997, analisado por Azevedo e Aguiar (2001), quando as autoras mapearam 25 teses que continham o termo *políticas educacionais* nos resumos, é notório o crescimento do interesse pela temática. De fato, houve um crescimento importante do tema no número de produções dos últimos anos. O termo *Ensino Médio* também registrou um incremento significativo no quantitativo de trabalhos, que foram mapeados no Banco de Teses da Capes no período de 2011 e 2012, em comparação com o quantitativo de trabalhos contabilizados pelo *Estado da Arte da produção acadêmica sobre o Ensino Médio no Brasil – período de 1998 a 2008*. No Banco de Teses da Capes foram encontrados 71 trabalhos, e no Estado da Arte são 196 trabalhos distribuídos no decorrer de 11 anos.

Por outro lado, o mapeamento das teses de doutorado sobre as políticas educacionais para o Ensino Médio, como objeto de estudo, indicaram que ainda vigora uma tímida produção sobre esta etapa da Educação Básica, em comparação com as demais. Na leitura dos resumos sobressai a marca da investigação sobre o currículo do Ensino Médio, sobre as reformas curriculares a partir da década de 1990, especialmente nas produções desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo. As teses mapeadas estão identificadas, neste trabalho, como: Bueno, (2000), Cardozo (2007), Abrahão (2011), Giovedi (2012), Júnior (2011), Belle (2011), Melão, (2012), Greco (2012), Júnior, Lucena e Ferreira (2011).

As teses mapeadas retratam que, para além da diversidade das perspectivas teóricas dos estudos, explicitadas ou não, é possível evidenciar que ainda são bastante incipientes os estudos meta-analíticos sobre as políticas educacionais, em conformidade com os apontamentos de Tello (2012) e Tello e Mainardes (2012).

Tello e Almeida (2013), respaldados em Bourdieu, apresentam a pesquisa em políticas educacionais como um *campo científico*. Nesta perspectiva, compreendem que as pesquisas em políticas educacionais não são neutras, e expressam o diálogo estabelecido no campo dos estudos epistemológicos em políticas educacionais “que se cristaliza no Enfoque das Epistemologias da Política Educativa (EEPE)” (TELLO; ALMEIDA, 2013, p.12).

A identificação com a perspectiva epistemológica pode ser evidenciada mediante os autores reportados nos estudos, bem como na abordagem desenvolvida pelo autor. O posicionamento epistemológico, por sua vez, pode incorrer em deixar a preocupação com alguns aspectos mais explícita do que com outros, bem como os critérios norteadores das escolhas metodológicas. A coesão entre esses elementos pode encontrar respaldo na meta-análise ou meta-

pesquisa, na complexidade empreendida pelas produções acerca das políticas educacionais como campo teórico (TELLO; MAINARDES, 2012).

Apenas Bueno (2000) deixa o seu posicionamento epistemológico evidente, pois assume determinada visão de mundo na forma de pesquisar, produzir e divulgar o conhecimento que o estudo originou. A leitura do trabalho demonstra lucidez teórica da autora, coerente com o processo investigativo, que ela desenvolveu e sintetizou nas categorias analíticas que dialogam com os autores que fundamentam a perspectiva epistemológica empreendida no estudo. Ainda que seu trabalho não mencione o EEPE, a autora utiliza metodologias com respaldo epistemológico coerente, sem dicotomias, ao remeter aos autores e empregar as categorias no estudo. Por sua vez, Tello e Almeida (2013) explicitam que a relação entre os três elementos do EEPE aponta para a realização da meta-análise, e eles são interligados, desencadeando impactos no desenvolvimento da investigação.

A tese de Bueno (2000) foi publicada sob o título: *Políticas atuais para o Ensino Médio*. A autora estabelece uma análise metafórica acerca das políticas educacionais para o Ensino Médio a partir da década de 1990 e o *salto na escuridão*; procede a crítica tomando a *mão de Alice*, tendo em vista analisar o mundo espelhado do discurso político educacional hegemônico. Dentre as nove teses mapeadas, o trabalho de Bueno (2000) foi o estudo que contemplou os critérios de seleção nesta pesquisa, e que também apresentou contribuições sobre uma análise mais ampliada quanto às políticas para o Ensino Médio brasileiro.

Com base na compreensão de Mainardes (2009), pode-se afirmar que o estudo de Bueno (2000) corrobora com uma análise sobre o papel do Estado, mas contribui significativamente com um diagnóstico das políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio. Não se trata de uma apreciação pontual sobre uma política ou um programa, mas a pesquisa se constitui em um denso e bem articulado estudo sobre diversos documentos educacionais nacionais e de agências multilaterais, como o BIRD (Banco Mundial) e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Já os demais trabalhos que compõem o levantamento sobre os estudos acerca das políticas educacionais para o Ensino Médio no período de 1998-2012, em seus respectivos posicionamentos epistemológicos, evidenciam clareza quanto a esse aspecto. Por outro lado, vigora nos trabalhos, em maior ou menor intensidade, falta de clareza, *desde onde se investiga*.

As considerações apontadas por Krawczyk (2011), sobre os desafios para as pesquisas em política educacional no Brasil são bastante pertinentes na especificidade das teses analisadas sobre o Ensino Médio. Entre os desafios mais expressivos está a necessidade do revigoramento teórico e histórico e a urgência da articulação entre as diferentes áreas e abordagens teórico-metodológicas de pesquisa em política educacional.

Esta prerrogativa baliza a compreensão de que o campo dos estudos sobre as políticas educacionais é recente. Ele ainda não possui, pois, conjecturas teórico-conceituais sistematizadas e as investigações carecem de diálogo com outros estudos que apontem reflexões e considerações sobre como esse campo se constitui. Não se trata de uma demanda de normas ou de prescrições para a realização de pesquisas sobre as políticas educativas, mas de um suporte que permita, ao pesquisador desse campo, realizar estudos, para além da negação da subjetividade. Em outras palavras, explicitar com clareza e responsabilidade (pessoal e profissional) quanto à forma em que a pesquisa foi desenvolvida e qual o seu valor social para o campo. Tais demandas são latentes nas pesquisas sobre as políticas educacionais para o Ensino Médio, em algumas fontes mais que em outras.

Nas teses analisadas, nenhuma realiza pesquisa comparada, embora Krawczyk (2012) afirme que essa abordagem metodológica vem ganhando novo fôlego nas investigações no campo da pesquisa educacional, pois esteve em desuso por razões ideológicas que fundamentaram muitas das pesquisas comparadas realizadas nos anos de 1990.

Os resumos dos trabalhos apresentam os descritores *políticas educacionais* e *Ensino Médio*, mas necessariamente estes temas não configuram o objeto de estudo de algumas teses, mesmo que, em alguns casos, estejam vinculadas às linhas de pesquisa de políticas educacionais. Esta situação reforça a compreensão sobre os limites que os resumos de produções acadêmicas apresentam e sobre os riscos que o pesquisador corre em selecionar trabalhos com base nesse critério.

A produção acadêmica nos periódicos *Qualis* A1 e A2 da área de Educação

No mapeamento dos periódicos *Qualis* A1 foram encontradas cinco Revistas com produção sobre o Ensino Médio: Cadernos Cedes, Cadernos de Pesquisa, Revista Brasileira de Educação e Revista Educação e Sociedade, Educação & Realidade. No *Qualis* A2 foram identificadas cinco periódicos: Currículo sem Fronteiras, Revista Educação, Revista e-curriculum, Práxis Educativa e Educação Unisinos. Assim, foram selecionados para a primeira leitura 47 artigos em periódicos *Qualis* A1 e 12 artigos em periódicos *Qualis* A2.

No conjunto das publicações *Qualis* A1, a reforma do Ensino Médio no governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC houve centralidade, por exemplo, nos estudos selecionados nos Cadernos de Pesquisa: do total de seis artigos publicados neste periódico, quatro se dedicaram a este recorte. Dentre eles, três são de autoria ou coautoria de uma mesma pesquisadora³, responsável pela realização de uma pesquisa de grande porte sobre o Ensino Médio, no Brasil e na América Latina. Nesses textos são apresentados os resultados parciais e finais de uma pesquisa realizada no Estado do Ceará, sobre a implementação da reforma do Ensino Médio na década de 1990.

A temática *Ensino Médio e Juventude*, por ter sido contemplada em uma seção especial da Revista Educação & Realidade, agrega o maior volume de artigos e, dentre eles, apenas um foca em questões diretamente ligadas a programas educacionais. Corti (2016) trata do acréscimo importante no número de matrículas de alunos de Ensino Médio de São Paulo, em face da ampliação da escolaridade básica como consequência de ações governamentais, tendo em vista a massificação da escolarização como parte constituinte de um projeto de modernização do país. As demais publicações dessa edição da Revista contemplam aspectos relevantes, sobretudo acerca das juventudes brasileiras que cursam o Ensino Médio, na singularidade desse tempo da vida e em aspectos que permeiam o universo escolar: jogos, redes sociais, letramento, cultura de massa, dentre outros, mas sem estabelecer correlação com as políticas públicas ou educativas.

Nos trabalhos publicados nos Cadernos de Pesquisa é primorosa a contribuição desses estudos para a compreensão conceitual do *Protagonismo Juvenil* e seus desdobramentos em ações pedagógicas, no âmbito das políticas e no interior das escolas na reforma do Ensino Médio no governo FHC. O *slogan* Protagonismo Juvenil foi uma expressão marcante dessa reforma, uma vez que perpassava os eixos da gestão e do currículo no Ensino Médio (ZIBAS; FERRETTI; TARTUCE, 2004).

³ Dagmar Maria Leopoldi Zibas foi pesquisadora Sênior na Fundação Carlos Chagas no período de 1983 a 2008.

A inserção dos componentes curriculares Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, incluídas no currículo do Ensino Médio pela Lei nº 11.684/2008 (BRASIL, 2008a), foi discutida em dois periódicos, e os textos apontaram limites e possibilidades dessas inserções curriculares. Entre os estudos voltados para a Sociologia, ambos tratam da experiência de São Paulo na elaboração de cadernos de Sociologia e nos vieses neoliberais que foram se materializando. Nesta direção, Aspis (2004, p. 308) afirma que “não é possível desunir filosofia de filosofar, pois os dois são uma mesma coisa”. São dimensões indissociáveis.

Os textos de Frigotto e Ciavatta (2011), Nosella (2011) e Zibas (2005) publicados na Revista Educação e Sociedade, e o texto de Nosella (2015), publicado na Revista Brasileira de Educação, foram agrupados no tópico *Perspectiva de formação no Ensino Médio*, na fase de mapeamento das publicações. As considerações destes autores perpassam desafios históricos e atuais do Ensino Médio, trazendo contribuições fundamentais para a compreensão sobre a trajetória do Ensino Médio, e os desafios históricos e atuais que afetam a última etapa da Educação Básica.

Há uma análise macro da educação brasileira nesses textos, ainda que, em alguns, haja considerações pontuais sobre programas e períodos. Zibas (2005) traz considerações importantes oriundas de três pesquisas coordenadas por ela, sobre o Ensino Médio. O texto de Frigotto e Ciavatta (2011) diz respeito às questões que permeiam a trajetória do Ensino Médio, e os autores oferecem uma análise ampliada na perspectiva de elementos constituídos e constituintes das totalidades sociais de cada momento histórico.

Frigotto e Ciavatta (2011) afirmam que o processo de desenvolvimento do capitalismo, desigual e combinado, resulta em constituição de sociabilidades coerentes com este modelo, e apontam que a ruptura esperada na transição do governo FHC para o governo Lula não ocorreu, pois não houve mudança no aspecto estrutural. “As demandas do neodesenvolvimentismo, cuja lógica se sustenta na modernização, tem como marca histórica a expansão do capital” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011, p. 625).

Nosella (2011, 2015) apresenta produções complementares e singulares para discorrer sobre o princípio educativo do Ensino Médio. No primeiro texto, Nosella salienta que o trabalho deve ser o princípio que permeia toda a Educação Básica, não apenas no Ensino Médio. No segundo, o autor é mais incisivo ao destacar o papel preponderante que esta etapa de ensino possui na formação de novos dirigentes, e também tece algumas críticas aos discursos sustentadores da proposta de Ensino Médio Integrado, nos moldes previstos pelo Decreto nº 5.145/2004 (BRASIL, 2004). Afirma que o fato de Gramsci ser o referencial teórico utilizado em textos e documentos cunhados no governo Lula, para apregoar uma formação unitária, é uma perspectiva coerente com a proposta de integração; mas, por outro lado, não há convergência entre esse referencial e a defesa pela existência de escolas distintas em uma fase de *travessia*. “Em síntese: não há como o militante propor uma estratégia de travessia equacionando o ponto de saída e o ponto de chegada ou, em termos atuais, equacionando a travessia da superação da sociedade neoliberal para a sociedade socialista” (NOSELLA, 2015, p. 139).

A temática Juventude e Ensino Médio foi contemplada em três artigos, sendo dois dos Cadernos Cedes: Leão, Dayrell e Reis (2011a) e Peregrino (2011); e um na Revista Educação e Sociedade, de autoria Leão, Dayrell e Reis (2011b). As três publicações apresentam dados de pesquisas desenvolvidas em instituições escolares que atendiam o público juvenil.

Peregrino (2011) apresenta uma retomada do conceito de juventude, contempla Manheim, mas faz opção por caminhar com Bourdieu no desenvolvimento das pesquisas sobre a escolarização dos jovens, na perspectiva que “operar a juventude como posição significa construir esta posição no processo de investigação” (PEREGRINO, 2011, p. 288).

Leão, Dayell e Reis (2011a) e Leão, Dayrell e Reis (2011b) afirmam que os problemas que afetam a juventude e a escolarização são diversos e que, entre eles, a visão simplificada do jovem, como meramente aluno, desconstitui a possibilidade da formação de uma sociabilidade juvenil que contemple o jovem e seus projetos de vida, sobretudo o jovem proveniente da classe trabalhadora.

As temáticas *financiamento, universalização do Ensino Médio e regime de colaboração* foram contempladas com uma produção para cada tema e agrupadas na sistematização deste estudo, pois os textos resguardaram aspectos comuns ao discutirem os desafios do financiamento do Ensino Médio, tendo em vista a universalização e a realidade financeira de boa parte das unidades federadas.

Esses textos apontam que, para além de uma análise sobre o viés das propostas para o Ensino Médio, há que se atentar para a possibilidade de efetivação das propostas; ou seja, a dimensão financeira é um eixo que pode corroborar com as mudanças. Por outro lado, se for desconsiderada, pode se tornar um entrave na efetivação de qualquer proposta. Ainda assim, é importante observar o quanto é escassa essa discussão. Pinto, Amaral e Castro (2011, p. 663) entendem que “de todos os desafios que se colocam para as diferentes etapas de nossa educação [...], aqueles referentes ao Ensino Médio são os que demandam respostas mais urgentes, pois precisamos sair da situação de massificação barata” [, pois] “nossos jovens têm direito a uma educação que lhes faça sentido e ofereça novos horizontes”.

A formação de professores do Ensino Médio é discutida em dois textos. Silva (2014), na Revista Brasileira de Educação, apresenta dados de uma experiência de formação de uma docência coletiva, pela mediação da Revista Carta na Escola. Kuenzer (2011), na Revista Educação e Sociedade, argumenta que a formação docente deve ser discutida na teia das relações de produção e reprodução do capital, tendo em vista que, em uma sociedade de classes, há distintas propostas de formação para o trabalho, ou seja: “não há um projeto único, ou neutro, de formação de professores, independentemente do nível, da etapa ou da modalidade de educação que esteja sendo analisada” (KUENZER, 2011, p. 669). Neste sentido, salienta que os desafios para a formação docente, em uma proposta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, os desafios se complexificam, uma vez que passa a ser necessário “articular conhecimentos sobre o mundo do trabalho, conhecimentos científico-tecnológicos sobre a área ser ensinada, conhecimentos pedagógicos, formação em pesquisa e experiência no trabalho docente” (KUENZER, 2011, p. 683).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) foram discutidas em dois textos na Revista Brasileira de Educação. As duas publicações focam as Diretrizes vigentes e, de certo modo, há um diálogo entre os textos, com posicionamentos distintos bem delineados. Moehlecke (2012) avalia que, apesar do contexto político e educacional de elaboração das DCNEM aprovadas em 2012 ser distinto do cenário quando foram promulgadas as DCNEM em 1998, permanecem os mesmos desafios na constituição de uma identidade do Ensino Médio. Por outro lado, Silva e Colantonio (2014) fazem uma análise das DCNEM atuais, assentada em Adorno e Marcuse, em que discutem os conceitos empregados nos documentos e afirmam que seus respectivos limites estão em consonância com o escopo da lógica instrumental que permeia a sociedade. Assim, um dos desafios prementes para o currículo do Ensino Médio perpassa o

enfrentamento da racionalização instrumental dos conceitos trabalho, ciência, cultura e tecnologia, que fundamentam as DCNEM aprovadas em 2012.

O Plano Nacional de Educação (PNE) e o Ensino Médio foram discutidos em dois periódicos, sendo Brandão (2011) nos Cadernos Cedes e Kuenzer (2010) na Revista Educação e Sociedade. Os dois trabalhos destacam que o novo Plano da Educação deve explicitar metas, definir os agentes responsáveis por elas, assim como devem ser garantidos os recursos financeiros para a implementação dos objetivos estabelecidos. Além disso, Kuenzer (2010) afirma e Brandão (2011) ratifica que a vigência do PNE de 2001-2010 resultou em uma década perdida para o Ensino Médio, pois os problemas, já existentes, continuaram.

A temática *formação integrada no Ensino Médio* foi abordada por Moura, Lima Filho e Silva (2015) na Revista Brasileira de Educação (RBE). Os autores possuem outros trabalhos nesta revista, em outros periódicos e também no GT 9 da Anped. Moura, Silva e Lima Filho possuem uma considerável publicação sobre o Ensino Médio Integrado, bem como sobre a fundamentação teórica que fundamenta esta proposta. A publicação da RBE é resultado de um trabalho encomendado para 35ª Reunião da Anped, e apresenta uma reflexão sobre a retomada do Ensino Médio Integrado pelo Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004). Para os autores:

é possível e necessário plantar – e cuidar para que cresçam – as sementes da formação humana integral, politécnica, unitária, aproveitando-nos das contradições do sistema capital. Para tanto, na “travessia” ainda é necessário reclamar por “escolas técnicas (teóricas e práticas)”, com base no princípio educativo do trabalho, onde está o germe do ensino que poderá elevar a educação da classe operária bastante acima do nível das classes superior e média. Se essa tese é válida para a classe trabalhadora em geral, para o Brasil, imerso no capitalismo neoliberal como quase todo o planeta e, além disso, estando na periferia desse sistema, ela tem mais vigor ainda (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1070, grifos dos autores).

Amaral e Oliveira (2011) publicaram, nos Cadernos Cedes, um texto em que discutiram o Ensino Médio inovador e sua correlação com as propostas do legislativo federal. No conjunto de textos publicados nos periódicos *Qualis* A1, este é o único trabalho que discute tal Programa. O texto desvela a dissonância que há entre as esferas governamentais e as propostas do legislativo no período analisado, uma vez que a configuração das propostas advindas do legislativo é constituída, em boa parte, por projetos de lei com a sugestão de inserção de temáticas no currículo e de criação de disciplinas escolares no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Em outras palavras, as proposições com essa natureza são o oposto do que propunha o Programa Ensino Médio Inovador, quanto à definição de um currículo mais flexível e condizente com as realidades escolares.

Moraes e Alavarse (2011) afirmam, na Revista Educação e Sociedade, que muitos são os limites existentes na avaliação atual do Ensino Médio. O modelo avaliativo de grande escala, vigente há alguns anos, perpassa a premissa da qualidade medida pelo desempenho dos alunos, com ampla margem para o ranqueamento das instituições escolares. Não considera os fatores que efetivamente exigem enfrentamento do Estado, a fim de garantir uma oferta de Ensino Médio com qualidade para todos, inclusive e especialmente aos matriculados nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e o ensino noturno.

Júnior, Lucena e Ferreira (2011) fazem uma discussão sobre as correlações entre Ensino Médio e Educação Superior. Os autores afirmam que as orientações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) respaldaram as reformas para o Ensino Médio, como as políticas compensatórias, pela via da profissionalização, sobretudo em ações pontuais, como o

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Ao passo que na Educação Superior, apesar do processo de democratização dos últimos anos, o acesso e a conclusão dos cursos confirmam-se apenas em algumas áreas do conhecimento. Por sua vez, Krawczyk (2014, 2013) avalia que a inserção do empresariado, nos rumos da última etapa da Educação Básica, configura-se em um desafio atual, uma vez que a forma pela qual essa aproximação ocorre possui nuances complexas e distintas de outros momentos históricos.

O discurso atual, que permeia a inserção do campo econômico no campo da Educação, configura-se na promessa de modernização da gestão dos sistemas de ensino e das escolas, uma vez que o agente empresarial norteia suas ações pelo *habitus* empreendedor, pela eficiência e pelas necessidades do mundo contemporâneo, ao passo que o campo educacional tem demonstrado, historicamente, sob o ponto de vista do campo econômico, que não consegue sanar os problemas situados no Ensino Médio, sobretudo os desafios atuais em prol de uma formação para o trabalho em consonância com as demandas globais do capital.

Ramos (2011), ao discutir o currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades, faz um balanço sobre as políticas curriculares no Governo Lula, e focaliza o Ensino Médio integrado. A autora argumenta que, ainda que a integração esteja no horizonte de muitas ações, o percurso é contraditório, seja no âmbito interno ou externo ao campo educacional. Nessa tensão há um desafio intenso para que um projeto contra-hegemônico consiga se efetivar, uma vez que os desafios vão muito além do campo conceitual e representam, sobretudo, “uma expressão da capacidade da classe dirigente em manter seus princípios vigorando no senso comum da sociedade.” (RAMOS, 2011, p. 773).

As publicações mapeadas nos periódicos *Qualis A2*, apesar do número mais reduzido de textos, aproximam-se das temáticas contempladas nos periódicos *Qualis A1*, mas algumas particularidades podem ser observadas. O tema currículo e seus correlatos foram os mais recorrentes nas publicações. Foram contemplados nos periódicos *Currículos Sem Fronteiras*, *E-Curriculum* e *Revista Unisinos*. Santos e Oliveira (2013) trabalharam com o Ciclo de Políticas de Stephen Ball, e realizaram um estudo em uma escola de Ensino Médio com o objetivo de averiguar as ressignificações das políticas curriculares. Tal estudo constatou que, para os professores, vigora a impressão de *eterno recomeço*, pois as sucessivas reformas propiciam esse entendimento, devido a sua efervescência. Moreira (2013), por sua vez, realizou uma atualização do debate sobre as atuais DCNEM e observou que as instituições escolares são convidadas a se adaptarem à sociedade por meio das políticas de responsabilização. Tal perspectiva, para o autor, não condiz com a formação humana, em uma perspectiva emancipatória dos sujeitos.

Silva (2010), na Revista Educação Unisinos, discute o currículo por competências e sobre como ele foi interpretado e implementado pelos docentes do Ensino Médio. Nesse trabalho, a autora considerou as DCN de 1998 e os Parâmetros Curriculares Nacionais. A análise sugere que essa reforma teve um alcance relativo, uma vez que os docentes fazem distintas leituras e apropriações das prescrições.

A temática *Financiamento do Ensino Médio* foi contemplada em uma publicação da Revista Currículo sem Fronteiras, mediante uma publicação de Oliveira (2008). Neste trabalho o autor afirma que, apesar dos avanços prometidos para a Educação Básica com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Ensino Fundamental continuará reafirmado como a etapa que merece ser priorizada, por uma razão histórica.

Salvino e Rocha (2014) discutiram o Programa Ensino Médio Inovador, na perspectiva de que tal Programa objetivou promover um redesenho curricular, tendo em vista um Ensino Médio mais atrativo aos jovens. No entanto, a análise do autor foca nos macrocampos como tônica do Programa, e aponta que eles se “configuram, de forma ambivalente, como estratégia para inovação do Ensino Médio” (SALVINO; ROCHA, 2014, p. 2039).

Rocha e Ravalec (2014) realizaram um estudo sobre o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), sobretudo a partir das mudanças que foram definidas em 2009. Segundo os autores, foi mantida a lista de competências de 1998 na relação dos saberes validados que norteiam a matriz do Exame, denotando, assim, um processo de aprimoramento, em detrimento à ideia inicial de ruptura. Além disso, os autores salientam que as mudanças realizadas no Enem em 2009 colaboraram para transformar uma demanda particular em uma demanda popular, sob a perspectiva de democratização do acesso ao Ensino Superior.

Oliveira (2015), ao discutir sobre a juventude negra e o Ensino Médio, argumenta que, para o enfrentamento das desigualdades históricas que assolam a inserção e a permanência de alguns grupos na escolarização, é preciso que haja propostas de financiamento aos estudantes, para assegurar sua permanência na escola. Sem esta prerrogativa, Oliveira (2015) afirma que permanecerá o equívoco da concentração das políticas afirmativas na Educação Superior, desconsiderando os que não conseguem chegar a esse nível da educação brasileira.

Dallabrida (2009) discute a modernização do ensino secundário proporcionada pela Reforma Francisco Campos, e destaca alguns aspectos nucleares que esta Reforma ocasionou, como a lógica escolanovista, centralizou e homogeneizou o ensino secundário em todo o país. As propostas de Campos perduraram oficialmente até a década de 1960, por ocasião da Reforma Capanema, que não acarretou mudanças importantes na estrutura e nos propósitos do ensino secundário, segundo o autor.

Zanchet (2004) retomou a proposta de formação do Ensino Médio calcada no modelo das competências e concluiu que estava latente, por parte da proposta, a expectativa que os professores mudariam suas práticas pedagógicas com tal reforma. Isto demonstra que há equívocos sobre a dimensão das políticas públicas, uma vez que, segundo a autora, mudar prática pedagógica não é o mesmo que mudar metodologia.

Zanardini, Rosa e Hotz (2011) abordaram o período de 1990, contemplaram a reestruturação produtiva com o objetivo de analisarem a reforma do Ensino Médio no Governo FHC e, assim, discutiram a qualificação ofertada aos trabalhadores no Ensino Médio. Para os autores, a reforma empreendida naquele governo dissimula as reais pretensões, e busca atrelar o desenvolvimento econômico e social sob a responsabilidade da Educação.

Silva (2014) apresentou um estudo sobre docência inovadora no Ensino Médio, realizado no Rio Grande do Sul. O autor afirma que as duas últimas décadas constituíram-se em um período de constantes propostas de mudanças para o Ensino Médio, mas elas não garantiram inovações pedagógicas, ainda que as práticas pedagógicas sejam constantemente ressignificadas.

Schweig (2015) apresenta um conjunto de reflexões sobre o retorno da Sociologia como componente curricular no Ensino Médio, realiza uma análise de cunho antropológico e questiona acerca dos agentes autorizados a produzir conhecimento em nome da Sociologia. O autor reporta-se a Bourdieu ao discutir sobre a vigilância epistemológica e o trabalho com a disciplina Sociologia na escola de Ensino Médio.

A produção acadêmica em Grupos de Trabalho da Anped

Os 25 trabalhos mapeados sobre o Ensino Médio foram os apresentados nos GT 5 e 9 da Anped. Essas publicações foram organizadas no estudo que gerou este trabalho por temas e GT, sendo 10 vinculados ao GT 5, *Estado e Política Educacional*; e 15 associados ao GT 9 (Trabalho e Educação).

Os textos possuem singularidades que, de certa forma, demonstram coerência com a identidade de cada GT, e também apresentam uma variedade menor de temas, quando comparados às temáticas presentes nos periódicos *Qualis A1* e *A2*.

Os GT da Anped representam, segundo Azevedo e Aguiar (2001), as células vivas da Anped e a eles, entre outras prerrogativas, compete promover o debate acadêmico e publicizar pesquisas científicas sobre a Educação. As autoras salientam que as ações desenvolvidas nos GT “trazem as marcas das relações de força e de poder próprias de um espaço que atua no sentido de realização daquela função de legitimação” (AZEVEDO; AGUIAR, 2011, p. 51). Nesta perspectiva, contemplar as produções apresentadas na Anped significa mais do que ir ao encontro das pesquisas mais recentes sobre a temática em estudo, possibilita, também, apreender se o tema tem encontrado espaço no campo educacional, e como as temáticas afins se aproximam ou não das que são discutidas nos Periódicos *Qualis A1* e *A2*.

O intervalo que compreende a criação de uma política e a apresentação de um trabalho afim na Anped deve ser considerado, tendo em vista o tempo de implementação de uma política ou programa, e do desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica. Por outro lado, é interessante observar que o primeiro trabalho sobre a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, sob os auspícios do Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), foi contemplado no GT, na Reunião Anual de 2005. Já as outras ações governamentais, que direta e indiretamente impactam o Ensino Médio e a Educação Profissional, como o Programa Brasil Profissionalizado, criado pelo Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007); o processo de criação de transformação dos Cefet em Ifet⁴, em 2008; e o Pronatec, criado em 2011, não foram contempladas na mesma proporção nas discussões desses GT.

A leitura dos trabalhos apresentados na Anped demonstrou predominância dos estudos sobre a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, pois este tema foi expressivamente o mais abordado nos trabalhos do GT 9. Dez trabalhos voltados para discussão sobre a integração consideraram o Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004) como marco em suas análises. Em algumas produções, as discussões foram mais ampliadas, pois abordaram a imbricada relação entre a formação para o trabalho e o Ensino Médio; mas, em boa parte, o foco recaiu em alguma experiência pontual.

O trabalho de Guimarães (2005) foi o primeiro a tratar da integração proposta pelo Decreto nº 5.154/2004, e trouxe reflexões sobre a ausência de uma coalizão dominante, que pudesse apontar para a construção de uma proposta hegemônica de Ensino Médio calcada na politécnica. Especialmente pelo fato de as reformas promovidas no Governo FHC, na Educação Profissional e no Ensino Médio, terem deixado marcas importantes na identidade das instituições educativas. O trabalho reitera que o percurso de implementação de uma política calcada na integração não deveria ser de forma impositiva, via decreto, pois necessita associar a discussão e o enfrentamento com segmentos contrários.

⁴ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados, na época, 38 unidades, pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que designou esse processo como a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008b).

Os demais trabalhos: Cêa (2006), Cardozo (2008), Oliveira (2008), Gotardo e Viriato (2009), Pereira e França (2011), Oliveira e Pontes (2012), Bezerra e Barbosa (2013), Almeida (2015) e Zambom (2015) abordam experiências de Ensino Médio Integrado, realizadas em instituições de educação federal ou estadual, na modalidade regular ou de Jovens e Adultos, que foram desenvolvidas no Brasil a partir da revogação do Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997) pelo Decreto nº 5.154/2004. Também apresentam contribuições sobre aspectos conceituais e históricos que permeiam a relação entre a formação de nível médio e o trabalho.

A quantidade significativa de trabalhos sobre a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional possibilita inferir que, no GT 9, permeava o entendimento de que era necessário conhecer e publicizar as diversas experiências de implementação do Decreto nº 5.154/2004 em suas diferentes singularidades, como Proeja, parceria com sistema S, e implementação da integração nos sistemas estaduais de ensino. Além da incidência de boa parte dos estudos focar nas experiências dos Institutos federais de Educação Tecnológica, o foco do GT 9 também recai sobre uma das mais caras questões ligadas ao Ensino Médio, que este trabalho indica ser um desafio histórico e atual: a identidade do Ensino Médio cunhada na sua relação com a formação para o trabalho. Esta premissa comporta diversas e antagônicas matrizes epistemológicas e pedagógicas.

No GT 9, a perspectiva da formação *omniliterar* e da politecnicidade são marcas evidenciadas em todos os 10 textos selecionados. Esta associação é consoante com a matriz teórica constitutiva desse GT, o Materialismo Histórico Dialético, conforme afirmam Trein e Ciavatta (2003), ao apresentarem o percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação. As autoras avaliam que, ao fazerem esse balanço sobre o GT, desde a sua constituição, em uma espécie de Estado do Conhecimento dos trabalhos apresentados, observaram, entre as questões de reflexões gerais que, nas discussões sobre a Educação Básica e a formação dos trabalhadores, alguns temas mereceram atenção especial por parte do GT, e outros não.

As temáticas sobre o Ensino Médio no GT 5 foram mais diversificadas e mais distribuídas em número de textos, ainda que a quantidade de produções tenha sido menor. Esta característica se aproxima do estudo desenvolvido por Arosa (2013), que analisou as produções do GT 5 da Anped nos anos de 2000 a 2009. Nesse estudo, a autora observou que há boa distribuição dos temas debatidos no GT5, mas o foco recai nas discussões sobre a gestão, avaliação e monitoramento dos sistemas de ensino.

Ao realizar a organização desses dados, foi interessante observar que alguns temas, como a avaliação e financiamento, aparecem com pouca expressividade nas pesquisas, apesar da relevância precípua que possuem. A pequena incidência de trabalhos foi confirmada nas três fontes consultadas. No entanto, os textos que discutiram esses temas, nas produções *Qualis* A1 e A2, apontaram elementos bastante consideráveis, como o atrelamento da universalização do Ensino Médio à capacidade do financiamento, e abordaram as fragilidades atuais das unidades federadas para efetivar qualquer política educacional de Ensino Médio, mesmo diante dos avanços na definição de legislação e programas.

A discussão sobre a avaliação do Ensino Médio, via Enem, também aparece de forma muito tímida nas produções acadêmicas. Ainda assim, apresenta elementos contundentes sobre tal exame, como a nova dinâmica de atuação, revestida de democratização quando, de fato, não houve rompimento com a lógica que constituiu o programa desde a sua criação.

Oliveira (2013) esclarece que as políticas delineadas para o Ensino Médio no Governo FHC expressam o ideário de um projeto de Educação para a juventude brasileira, que se vincula ao projeto de educação traçado por alguns organismos multilaterais, como a Unesco e o Banco

Mundial, para os países em desenvolvimento. O contexto histórico, político e econômico de 1995-2002 favoreceu que alguns intelectuais brasileiros, com trajetória egressa nesses organismos tivessem, em mãos, o poder de decisão teórica e prática para emplacarem projetos e programas para o Ensino Médio. Para Oliveira (2013), esse contexto e o papel desses intelectuais orgânicos, em sentido gramsciano, explicitam a intencionalidade de construção de uma proposta hegemônica.

A leitura dos trabalhos e a organização deles por temática possibilitaram a compreensão de que, se por um lado, a variedade de temas abordados não contempla todos os problemas atuais do Ensino Médio, também é verdadeiro que a categorização, por ter sido atenta ao conteúdo principal discutido na publicação, não tem condições de traduzir fielmente a gama de elementos que as produções apresentam. Há um recorte, mas há um conjunto de outros temas, também relevantes, correlacionados na contextualização das produções analisadas.

As temáticas: *Currículo do Ensino Médio* em suas diversas modalidades, *Ensino Médio e empresariado*, ambas publicadas na Revista Educação e Sociedade, e a perspectiva de formação no Ensino Médio, com três textos na Revista Educação e Sociedade e um na Revista Brasileira de Educação, ilustram muito bem a complexidade e amplitude dos aspectos que estão correlacionados no objeto em estudo de cada texto.

Considerações Finais

Um olhar atento às temáticas dos trabalhos apresentados evidencia que a maioria está atrelada às questões que emergem como relevantes em cada contexto histórico. Há singularidades, apesar de conter aproximações, nos diferentes segmentos de trabalho, ou seja, entre as publicações dos periódicos, nas teses e nos trabalhos apresentados nos GT da Anped. As presenças e ausências dos temas, em cada grupo, podem estar correlacionadas à identidade ou natureza que constitui cada um.

As produções, em grande medida, deixaram em aberto algumas lacunas importantes, sobre aspectos relevantes para a compreensão sobre o percurso das políticas para o Ensino Médio. Especialmente se considerarmos a natureza das proposições, as origens e processos constitutivos das propostas. Há um grande número de trabalhos que se reporta a estudos teóricos ou teóricos e empíricos que, muitas vezes, se concentram em objetos bastante específicos, como a inclusão de disciplinas no currículo, sem atrelarem a discussão ao cenário mais amplo das políticas educacionais.

É interessante observar a grande incidência de trabalhos apresentados no GT 09 da Anped, sobre a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, sobretudo acerca das experiências quanto à implementação em algumas instituições, ou sobre as possibilidades e desafios inerentes à integração. O sentido e o significado da retomada da integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional podem ter sido fatores importantes na escolha da temática para os pesquisadores, bem como nos interesses do GT por tal temática, pela natureza e identidade do Grupo. Já o Programa Ensino Médio Inovador, apesar da amplitude e relevância para o Ensino Médio, por ser direcionado às redes estaduais de ensino, *locus* da maior parte do público do Ensino Médio brasileiro, não foi contemplado em publicações. No entanto, fica em aberto se algum trabalho sobre esse programa não foi aprovado, ou se não foi pesquisado em estudo no *stricto sensu*, no período mapeado, pois, no Banco de Teses da Capes, as pesquisas referentes a uma parte do período pesquisado não estavam disponibilizadas.

Mediante o diálogo com a literatura sistematizada, alguns desafios históricos e atuais para o Ensino Médio sobressaem na constituição do enredo das disputas pelas políticas para o Ensino Médio: a) a recorrente busca por imprimir uma identidade ao Ensino Médio; b) reformas curriculares condizentes com o projeto formativo em questão; c) a criação de mecanismos de regulação que se constituíram e se constituem de diferentes formas na trajetória do Ensino Médio brasileiro.

As políticas educacionais, nas últimas três décadas, vêm adquirindo escopo de campo de estudo em pesquisas da área da Educação, e também das Ciências Sociais, em especial. Esse percurso se constitui em bases epistemológicas com fundamentação em correntes estruturalista, pós-estruturalista, marxista, neomarxista, pluralista e outras.

As temáticas contempladas nas produções acadêmicas mapeadas sugerem que alguns assuntos são mais prevalentes e outros menos contemplados, apesar da relevância social desses objetos. Ao lançar um olhar mais atento para as produções contempladas nesta pesquisa, especialmente nas que são oriundas de pesquisas desenvolvidas no âmbito *Stricto sensu*, publicadas ou não em periódicos, foi possível observar a assertiva de Mainardes (2017) quanto à prevalência de estudos descritivos em detrimento de um número reduzido de trabalhos de natureza compreensiva, nas pesquisas sobre as políticas educacionais. Para este autor, há uma demanda de estudos dessa natureza, para que o campo se fortaleça quanto ao entendimento de “fenômenos cada vez mais complexos da realidade política, social e educacional” (MAINARDES, 2017, p. 10).

Um olhar temporal sobre as produções mapeadas, tanto nos periódicos *Qualis* A1 e A2 quanto nos GT 5 e 9 da Anped, possibilita perceber que o número de trabalhos produzidos sobre o Ensino Médio cresceu gradativamente no período investigado. As produções, direta ou indiretamente relacionadas às políticas educacionais, compõem o maior número de textos, e eles chamam a atenção sobre como o campo da produção intelectual tem se movimentado frente aos fatos que se constituem e são constituídos na Educação brasileira, e também sobre como os pesquisadores têm apreendido esse movimento e constituído seus objetos de pesquisa.

É pertinente salientar que, conforme Bourdieu (1983), no campo acadêmico, vigora uma luta concorrencial motivada pela busca de autoridade científica. Assim, a presença e a ausência das temáticas nos trabalhos podem desvelar uma singularidade da dinâmica do campo acadêmico, neste caso, do campo da política educacional, ou seja, as presenças e as ausências podem ecoar no movimento e nas disputas por valorização de capital, empreendidas entre os agentes do campo da política educacional que, por sua vez, focalizam em objetos que validam sua autoridade científica junto aos pares.

Referências

ABRAHÃO, R.C.R. **A nova proposta curricular do Estado de São Paulo (2008) – vivências nas escolas pública paulista: desafios da ação gestora.** 2011. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

ALMEIDA, J. F. Ensino Médio integrado à Educação Profissional: formação para a emancipação ou formação para o mercado? In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 37, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt09-4300.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, R. J. Na contramão do Ensino Médio inovador: proposta do Legislativo Federal para inclusão de disciplinas obrigatórias na escola. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 209-230, maio/ago. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622011000200004>

AROSA, A. C. C. **A produção acadêmico-científica sobre política educacional no GT-5 da Anped (2000 a 2009)**. 2013. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2013.

ASPIS, R. P. L. O professor de Filosofia: o ensino de Filosofia no Ensino Médio como experiência filosófica. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 64, p. 305-320, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-32622004000300004>

AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da Anped. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49-70, dez. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302001000400004>

BELLE, H. B. M. **Escola de civismo e cidadania: Ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás**. 2011. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, 2011.

BEZERRA, D. S.; BARBOSA, W. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e seus projetos político-pedagógicos: na mira (gem) da politécnica e da (des) integração. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 36, 2013, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: ANPED, 2013. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09_3009_texto.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BRANDÃO, C. F. O Ensino Médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 195-208, maio/ago. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622011000200003>

BRASIL. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § do 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, abr. 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13, dez. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.684 de 31 de março de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 jun. 2008a.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30, dez. 2008b.

BUENO, M. S. S. **Políticas atuais para o Ensino Médio**. Campinas: Papirus, 2000.

CARDOZO, M. J. P. B. **A reforma do Ensino Médio e a formação dos estudantes: desvelando a ideologia das competências e da empregabilidade**. 2007. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2007.

CARDOZO, M. J. P. B. Ensino Médio integrado à Educação Profissional: limites e possibilidades. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 31., 2008, Caxambu. **Anais eletrônico...** Caxambu: ANPED, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-3976-int.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

CEA, G. S. S. A reforma da Educação Profissional e o Ensino Médio integrado. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu. **Anais eletrônico...** Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-2565-int.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

CORTI, A. P. Ensino Médio em São Paulo: a expansão das matrículas nos anos 1990. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41 n. 1, p. 41-68, jan./mar. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623655996>

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32 n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, Campinas. v. 32, n. 116, p. 619-638, jul./set. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302011000300002>

GIOVEDI, V. M. **O currículo crítico-libertador como forma de resistência e de superação da violência curricular**. 2012. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

GOTARDO, R. C. C.; VIRIATO, E. Integração curricular: o Ensino Médio integrado e o Proeja. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 32., 2009, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: ANPED, 2009. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT09-5389--Int.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

GRECO, F. A. S. **Com que referências trabalham os professores no currículo do Ensino Médio? Um estudo sobre o ensino da Geografia nas escolas-referência de Uberlândia**. 2012. 238 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, E. R. Política para o Ensino Médio e a Educação Profissional. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 28., 2005, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/politica-para-o-ensino-medio-e-educacao-profissional>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, set./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742011000300006>

KRAWCZYK, N. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 6, n. 12, p. 3-11, jul./dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v6i12.32270>

KRAWCZYK, N. Políticas para Ensino Médio e seu potencial inclusivo. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 33, 2013, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: ANPED, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_sessoes_especiais/se_05_norakrawcyk_gt05.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

KRAWCZYK, N. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan./mar. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302014000100002>

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./set. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000300011>

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-688, jul./set. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000300004>

LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. Jovens olhares sobre a escola do Ensino Médio. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 253-273, maio/ago. 2011a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622011000200006>

LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. Juventude, projetos de vida e Ensino Médio. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out./dez. 2011b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010>

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**. Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 3-25, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698173480>

MELÃO, W. S. **O Enem e os professores de Matemática do Ensino Médio do Paraná**: delineamento de uma noção de responsabilidade curricular. 2012. 119 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MOEHLECKE, S. O Ensino Médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 39-58, jan./abr. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782012000100003>

MORAES, C. S. V.; ALAVARSE, O. M. Ensino Médio: possibilidades de avaliação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 807-838, jul./set. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000300011>

MOREIRA, A. F. B. As Diretrizes Curriculares do Ensino Médio no Brasil: subsídios oferecidos para o processo de sua atualização. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 358-375, ago. 2013.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1157-1080, out./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>

NOSELLA, P. Ensino Médio: em busca do princípio pedagógico. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1051-1066, out./dez. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000400009>

NOSELLA, P. Ensino Médio: unitário ou multiforme? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 121-142, jan./mar. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206007>

OLIVEIRA, R. Os limites do FUNDEB no financiamento do Ensino Médio. **Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 78-96, 2008.

OLIVEIRA, R. Juventude negra e Ensino Médio: uma discussão para a agenda das políticas afirmativas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 309-330, abr./jun. 2015.

OLIVEIRA, R.; PONTES, A. P. F. S. O Ensino Médio Integrado: a materialização de uma proposta em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ANPED, 2012.

OLIVEIRA, V. A. Os intelectuais e a construção de uma proposta hegemônica para o ensino médio brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 33., 2013, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: ANPED, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt05_trabalhos_pdfs/gt05_2939_texto.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

PEREGRINO, M. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 275-291, maio/ago. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622011000200007>

PEREIRA, U. A.; FRANÇA, M. Políticas de Educação Profissional e de Ensino Médio no CEFET/RN. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal: ANPED, 2011.

PINTO, J. M. R.; AMARAL, N. C.; CASTRO, J. A. O financiamento do Ensino Médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 639-665, jul./set. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000300003>

RAMOS, M. N. O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul./set. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000300009>

ROCHA, A. A.; RAVALLEC, C. T. G. L. ENEM nos documentos: uma leitura pós-fundacional da reestruturação do exame em 2009. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1993-2018, out./dez. 2014.

SALVINO, F. P.; ROCHA, V. G. Macrocampos como proposta de integração e inovação curricular no programa Ensino Médio inovador. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 2019-2042, out./dez. 2014.

SANTOS, J. M. C. T.; OLIVEIRA, M. B. Políticas curriculares no Ensino Médio: ressignificações no contexto escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 497-513, 2013.

SCHWEIG, G. R. Antropologia da Ciência e Educação: reflexões sobre a Sociologia no Ensino Médio sob o idioma da coprodução. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 335-344, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2015.193.04>

SILVA JUNIOR, E. J. S. **Direito social à educação escolar obrigatória: os limites da (não?) efetividade**. 2011. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, 2011.

SILVA JUNIOR J. R. S.; LUCENA, C.; FERREIRA, L. R. As relações entre o Ensino Médio e a Educação Superior no Brasil: profissionalização e privatização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 839-856, jul./set. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302011000300012>

SILVA, R. R. D. Comunidades como espaços de intervenção pedagógica um estudo da docência no Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 945-966, out./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782014000900007>

SILVA, M. R. Currículo e competências: a reforma do Ensino Médio e as apropriações pelas escolas. **Unisinos**, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 17-26, jan./abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2010.141.03>

SILVA, M. R.; COLONTONIO, E. M. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as proposições sobre o trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 611-628, jul./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782014000800005>

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.7i1.0003>

TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. P. (Orgs.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas pos-estructuralista, neo-marxista y pluralista. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 9, p. 1-31, mar. 2012. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.v20n9.2012>

TREIN, E.; CIAVATTA, M. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para o debate. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 140-164, set./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782003000300011>

ZAMBON, L. B. Percepções do novo contexto de implementação do Ensino Médio politécnico no RS. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt09-4633.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

ZANARDINI, I. M.; ROSA, M. S.; HOTZ, K. G. O processo de reestruturação produtiva e a reforma do Ensino Médio: implicações para os trabalhadores. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 22-31, jan./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2011.151.03>

ZANCHET, B. M. B. A. A proposta pedagógica para o Ensino Médio: a interlocução entre a formação por competências e as práticas pedagógicas cotidianas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 5, n. 9, p. 129-156, jul./dez. 2004.

ZIBAS, D. M. L. Refundar o Ensino Médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1067-1086, out. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302005000300016>

ZIBAS, D. M. L.; FERRETI, C.; TARTUCE, G. L. B. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000200007>

Recebido: 29/11/2017

Versão revisada recebida: 01/03/2018

Aceito: 05/03/2018

Publicado online: 16/03/2018

Valdirene Alves de Oliveira

Doutora em Educação pela Universidade Federaçl de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás.

João Ferreira de Oliveira

Doutor em Educação. Professor na Universidade Estadual de Goiás. Presidente da ANPAE - Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (Biênio 2015-2017 e 2017-2019).
